

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA

Juscelino POLONIAL*

RESUMO

O objetivo deste ensaio é discutir como a História pode ser uma interpretação de todas as ações humanas no tempo, sem exclusão de qualquer ator histórico, e como isso repercutiu e ainda repercute no pensamento histórico. Da definição do termo História até a idéia de uma História Social e os problemas que engessam o conhecimento histórico, apontaremos, como fator fundamental para a construção do saber histórico, o diálogo com as fontes e a mediação da teoria, sempre com uma visão crítica de ambos.

O conceito no tempo

É importante, de início, deixarmos claro o que entendemos por História, o que não é uma tarefa tranquila, muito menos consensual. Investigar, descrever, explicar, interpretar, narrar, enfim, buscar entender as ações do homem no tempo, sem a pretensão de um conhecimento absoluto e finalístico, são objetivos da História. De maneira geral, trabalhamos com o conceito de investigação das ações humanas no tempo, acreditando que “o bom historiador (...) onde farejar carne humana é que está sua caça” (Bloch, 1997, p.88).

Por isso, concordamos com Marc Bloch, um dos fundadores da “Escola dos Annales”, que define a História como “a ciência dos homens no tempo”. Com esse posicionamento, ele pretende caracterizar a disciplina como:

* Doutorando em História (UnB) e professor de Teoria da História na Faculdade de Filosofia Bernardo Saião, Associação Educativa Evangélica, e na UEG.

1. de caráter humano, afinal é o homem que delibera, tem objetivos e intenções e é o sujeito do seu caminhar;
2. de caráter relacional, na medida que a disciplina busca a sincronia entre o passado e o presente;
3. de caráter científico, já que ela apresenta um corpo teórico e metodológico, a partir do qual estabelece a pesquisa.

Entendemos a História como ciência que é construída pelo historiador. Nessa linha de pensamento, Le Goff afirma: “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (1992, p.24).

Como filha do seu tempo, a História apresenta diversas formas em cada período do processo histórico, desde os tempos mais longínquos, até os dias atuais. A primeira forma se apresenta expressa no mito, como as explicações da origem do homem e do universo, da criação dos deuses, sendo reforçada pela tradição oral que, mesmo sem o rigor científico, produz história, afinal os homens acreditam em tais construções e por essas idéias agem, amam, odeiam, matam, enfim, vivem. Portanto, os símbolos fazem história e as construções mitológicas persistem ainda hoje, apesar de todo o discurso cientificista.

Com a escrita aparecendo por volta do ano 4.000 a.C., passamos a ter a possibilidade dos registros e, mesmo com a permanência dos mitos, já poderíamos fazer uma leitura mais criteriosa das ações humanas. Porém, foi só com os gregos que o termo “história” ganhou a conotação que hoje conhecemos. Para Heródoto, deveríamos investigar as ações do homem para não perdermos os seus feitos, no que foi seguido por Tucídides e Políbio. Todos, no entanto, ficaram presos às narrativas de seu tempo, exaltando as figuras dos heróis. Estava criada a História Política, que será a grande área de produção do conhecimento histórico, persistindo ainda hoje como um dos campos principais da investigação histórica.

Com os romanos, a História ganha um caráter utilitário e pragmático, no sentido de exaltar o império dos césares e as ações dos seus imperado-

res com os seus “grandes” feitos. Era como se o povo não existisse. Na Idade Média a grande maioria da população continuava ausente da investigação histórica, afinal já havia um plano traçado por Deus aos homens e a História Teológica será a direcionadora dos comportamentos humanos, prevalecendo a fé sobre a razão.

Com a Idade Moderna e as suas transformações, como a Reforma, o Renascimento, o Mercantilismo e a consolidação do Absolutismo, da Burguesia e de uma sociedade urbana e de trabalho livre, o homem tomou as rédeas das ações e passou a questionar as interpretações teológicas, buscando explicações racionais para o seu caminhar. O racionalismo e o humanismo vão ditar o seu comportamento filosófico e científico. De imediato, uma grande ferida foi aberta nos corações dos homens com a tese de Copérnico, quando afirma que a terra não é o centro do universo, sepultando a intenção do homem de ser o centro da criação.

Nos séculos que se seguiram, a busca de investigações mais rigorosas das ações do homem passou a ser a preocupação dos pesquisadores. Para tanto, a erudição, o desenvolvimento de disciplinas auxiliares e a perspectiva de construção de uma ciência autônoma, ganharam cada vez mais adeptos e consolidaram a História no meio acadêmico. Apesar de toda essa evolução científica, a História ainda carregava o fardo de ser a expressão das elites. A população não era lembrada. Era como se só existissem os reis, os homens ricos, os heróis e os seus aliados.

Agindo assim, não se percebia o conjunto social, não sendo possível, portanto, entender que a sociedade é um *locus* de conflito com todos os seus atores sociais, não de forma deliberada, mas pela própria natureza dos seus componentes e da diversidade que é uma organização social. Afinal, cada individualidade que compõe o coletivo é única e imprevisível, valendo o mesmo raciocínio para as instituições. Todavia, o conjunto estabelece regras para melhorar as relações sociais e/ou ter o controle na convivência social. Aqui está a origem das tensões sociais, pois as regras sempre representaram grupos, não o todo. Assim, uma parte será sempre excluída e, portanto, irá resistir.

Uma nova forma de pensar a História

A idéia do conflito social desenvolvida acima é fundamental para a História, pois se abre uma nova possibilidade de se estudar a história tendo como ponto de referência o povo, o coletivo. Essa perspectiva é nova e tem origem no século XVIII. Com certeza, o italiano Giambattista Vico (1668-1744) é pioneiro, ao afirmar que a história possível de ser conhecida é a dos homens, a da sua cultura, a da sua religião. Diz que: “este mundo civil foi certamente feito pelos homens, pelo que se podem e devem encontrar os seus princípios nas modificações da nossa própria mente humana” (Vico, 1995, p.22).

Dessa afirmação, podemos tirar tanto a possibilidade do conhecimento das ações humanas, quanto a incorporação de todos os homens. Assim, Vico não elimina o povo da sua investigação histórica, pois a história é feita por todos os homens, e não apenas pelos líderes, já que toda a sociedade está envolvida nos acontecimentos.

Entretanto, foi no século XIX que a História do povo ganhou um trabalho original nas obras de Jules Michelet (1798-1877), resgatando a Revolução Francesa e a participação popular, lembrando a importância do envolvimento de toda a sociedade para o desfecho do grande evento. A sua originalidade foi assim descrita: “Um dos aspectos básicos do processo de fusão era a relação entre indivíduo e massa: e nisso Michelet talvez jamais tenha sido ultrapassado, nem mesmo no campo da ficção” (Wilson, 1986, p.24).

Todavia, ainda não se falava em História Social, apenas em História, mas com a preocupação de resgatar os homens, não apenas os grandes líderes, reis, o que acabava representando sempre a história das elites, ou mais comumente, a História Política.

Ainda no século XIX, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) mudam a interpretação histórica. O materialismo histórico, ao falar das relações sociais, necessariamente incorporou todas as pessoas. Fala-se agora da história de todos os homens relacionados, desta-

cando que essas relações são de exploração. Não dava mais para omitir o povo da história.

Engels, por exemplo, tinha um projeto de escrever a História Social da Inglaterra, não conseguiu, mas uma de suas obras foi dedicada aos trabalhadores, afirmando:

Trabalhadores,

É a vós que dedico uma obra onde tentei descrever aos meus compatriotas alemães um quadro fiel das vossas condições de vida, dos vossos sofrimentos, vossas lutas e esperanças. (1986, p.3)

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels criticam o idealismo e afirmam que a História deve estudar as relações humanas reais, portanto, de todos os homens. Dizem que:

A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização física desses indivíduos e a relação que por isso existe com o resto da natureza. Não podemos entrar aqui, naturalmente, nem na constituição física dos próprios homens, sem as condições naturais que os homens encontraram - as condições geológicas, oridrográficas, climáticas e outras. **Toda a historiografia tem de partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da História pela ação dos homens.** (1984, p.14-15, grifamos)

Ainda no texto “Prefácio à contribuição para a crítica da Economia Política”, Marx nos diz que: “Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (1986, p.301).

Portanto, a obra de Marx e Engels é voltada para a análise da realidade social, a partir de uma relação dialética e materialista, englobando toda

a sociedade nas suas relações objetivas e subjetivas, ou seja, todos os indivíduos.

A contribuição de Marx e Engels para a História vai além, quando da análise do papel do Estado no contexto social. A sua característica passa pela repressão e defesa dos interesses de uma classe social que domina a base material coletiva, mostrando que a sociedade vive em permanente tensão. Nesse meio, o Estado busca perpetuar a sociedade dominante que ele representa, daí a força ser um dos instrumentos mais usados contra os opositores.

Contudo, a influência marxista na academia, onde prevalecia a História Política, foi marginal, reforçada pela Escola Científica Alemã, com Leopoldo von Ranke (1795-1886), para quem a História seria apenas aquela contida nos documentos, dando a ela um caráter científico. É famosa a sua afirmação de “apenas mostrar como realmente aconteceu”. Obviamente, a história do Estado, da diplomacia e das elites, sempre melhor documentada, permanecia privilegiada.

Apesar das críticas rigorosas ao historiador alemão, o rigor metodológico de Ranke, com a valorização das fontes e com o distanciamento do historiador na interpretação dos fatos é, sem dúvida, a sua contribuição para a afirmação da História no meio acadêmico.

Assim, chegamos no século XX com uma História que investigava apenas os grandes eventos, os líderes, as elites, o Estado, salvo raras exceções. Em geral, o povo era excluído. Uma situação que incomodava muita gente, e não só os historiadores. Em poema já famoso, Bertolt Brecht (1898-1956) protesta:

Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a babilônia tantas vezes destruída
Quem a ergueu outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro

Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os levantou?

São trechos do poema “Perguntas de um Operário que lê”, revelando o claro desencanto de Brecht com a História, que esconde a maioria da população, exaltando apenas os líderes, como se eles fossem os donos dos fatos.

O debate hoje

A preocupação com o social e o coletivo foi um dos fatores decisivos na elaboração da Escola dos Annales, pelos franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929. Com efeito:

A oposição à historiografia rankiana e a definição do social se construía, assim, a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos e das tendências a longo prazo sobre os eventos na explicação histórica, ou seja, que propunha a história como ciência social. (Castro, 1997, p.47)

Outra questão que incomodava os fundadores dos Annales é a própria definição da História. Ela foi definida, excluindo a idéia de passado, deixando de estar presa no tempo, o qual passou a trabalhar em favor do investigador. Dessa maneira, a criação histórica não é reclusa em um passado, pois está ligada à inventividade do pesquisador, sendo uma criação do presente. Isso não exclui uma opção teórico-metodológica, nem a objetividade do historiador, só não o amarra a um passado sem voz.

Analisando a definição de Bloch, encontramos a perspectiva do con-

flito, exatamente a partir da idéia da individualidade e do coletivo. Assim, a mudança social tem grande importância na análise histórica e na elaboração das categorias de análise. Aqui também, a idéia do conflito leva, necessariamente, ao reconhecimento de diversos atores sociais, na verdade, de todos os homens em sociedade, afinal, para se reconhecer o conflito é preciso que haja o oposto.

Não foi com esses franceses, porém, que a *História vista de baixo* ganhou força acadêmica. Somente na década de cinquenta é que isso aconteceria, influenciado pelo contexto da época, pela valorização no meio acadêmico, principalmente devido ao crescimento das ciências sociais e da economia. A historização das ciências sociais foi fundamental nesse processo, pois já não era mais possível uma análise do social sem uma história da sociedade. Nesse contexto, o marxismo foi o referencial teórico básico. Com efeito: “Para os marxistas, ou para os socialistas em geral, o interesse pela história dos movimentos populares se desenvolveu com o crescimento do movimento operário” (Hobsbawm, 1998, p.218).

Essa nova maneira da investigação histórica precisava de um referencial teórico que desse orientação à pesquisa. Entendemos que esse referencial passa pela concepção materialista e dialética da história, pois são os indivíduos, relacionando com outros indivíduos e transformando a natureza, que fazem o seu caminhar. Dessa maneira, eliminamos qualquer tipo de determinismo, porque é um processo que se realiza no cotidiano, na construção do fato, em coletividade. Sem embargo, a produção do conhecimento é um resultado do social.

Também, o problema da investigação tem sido ponto de debate. Quando se fala do social, a referência é para a análise de toda a sociedade, não apenas dos sindicatos, ou grupos sociais organizados. Aliás, esse sempre foi um dos desvios do marxismo vulgar, pois, afinal, tudo é social.

Historicizar o conceito é fundamental, uma vez que todos os modelos são reducionistas, daí a necessidade de mediar a teoria com a prática. Aqui não existe dilema, ou crise de identidade, pois essa construção não reduz o

caráter de ciência da história, só diz que não pode ter o mesmo sentido das ciências da natureza.

Isso não significa, também, que seja um subjetivismo radical. Temos, na verdade, uma ampliação do conhecimento. Nesse sentido, é com o avanço do saber que vamos definir o caráter científico da história. Afinal, o caráter relativo do conhecimento está presente em todas as ciências, não sendo diferente para a História.

Nessa linha de raciocínio, afirmamos que o homem faz a sua história em contexto próprio. Concordamos com Thompson que o fazer é crucial para buscar o entendimento da realidade, que existe, desde que seja percebido, afinal, “o real, embora ativo em suas outras manifestações, é epistemologicamente nulo ou inerte: isto é, só se pode tornar objeto da investigação epistemológica no ponto em que penetra o campo de percepção, ou conhecimento” (1981, p.26).

Dessa maneira, eliminaremos os determinismos, os reducionismos, os idealismos, os estruturalismos, que insistem em processo sem sujeito. Com efeito, só o sujeito pode elaborar o conhecimento em uma *praxis* específica, incorporado no coletivo, identificado com uma classe social específica, posto que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (Thompson, 1987, p.12).

Nesse quadro, todo trabalho conceitual merece um grande debate, nem sempre sendo consensual. O mesmo acontece com a tentativa de se definir a História Social. Não é uma tarefa fácil pela própria idiossincrasia na percepção do termo, que precisa estar historicizado. Complica a situação quando buscamos relacionar o conceitualismo para a história vista de baixo, ou seja, a sua formação na realidade.

Para Hobsbawm, a História Social está definida a partir da linha de pesquisa do historiador, centrada em três vertentes: a história das classes inferiores e seus movimentos; o trabalho sobre uma diversidade de atividades humanas de difícil classificação; uma combinação com a história econômica.

Dessas linhas de pesquisa desenvolveu-se a prática histórica do social nas últimas décadas, como a história das classes e grupos sociais, do conflito social, das revoltas, das revoluções, dos tumultos e das transformações sociais. Nesse caminho, define-se a própria História Social.

A análise histórica do social deve resgatar tanto o evento quanto a estrutura, o conjunto, sempre em interação. Isso é um fato recente, portanto, a pesquisa da história da sociedade ainda está em construção.

De qualquer maneira, podemos identificar na *História vista de baixo* uma herança de Marx, pois foi quem primeiro se preocupou com o estudo dos grupos e das classes sociais esquecidos pela investigação histórica. Afinal, o pensador propunha uma história a partir da realidade, inclusive como forma de transformá-la, depois de entendê-la.

É uma realidade em que os homens compartilham e fazem-se, assim, “é a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais” (Castro, 1997, p.52).

Entre os historiadores que adotam os princípios de Marx, está o inglês Thompson, para quem o materialismo histórico avançou o conhecimento da realidade; conhecimento este que não é linear, nem finito, mas possui problemas, é passível de ser criado, pois os homens fazem a sua história. O real existe e é percebido pelo sujeito, mediado por uma teoria da sua experiência do cotidiano. É essa interação que elabora o conhecimento histórico sem determinismo.

Foi o historiador inglês que popularizou o termo *the history from below*, em artigo de 1966, buscando enfocar todas as pessoas, e não só os grupos organicamente organizados. Thompson afirma:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo

podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (1987, p.13)

Temos a clareza de que a História Social busca resgatar a história de todos os homens em relações com os outros homens e com a natureza, mais especificamente em um contexto de conflito entre os diversos grupos sociais. Nesse sentido, delimitando um campo específico, podemos dizer que a prioridade da análise são os grupos e classes sociais e os conflitos derivados do contato entre os mesmos, provocando mudanças na sociedade.

Isso acaba sendo, na verdade, mais uma questão de caráter teórico-metodológico do que temático, pois em qualquer evento social e histórico teremos o conflito presente. Essa problemática remonta ao grande conflito da História sobre o que investigar e como investigar. De certa maneira, um dos grandes desafios é não nos enclausurarmos em teorias ou métodos, pois isso empobrecerá a análise.

O determinismo na História está muito ligado aos preconceitos que incorporamos no processo de nossa formação intelectual e que aparecem ao tentarmos elaborar o conhecimento histórico. Nesse instante, a construção e a interpretação dos fatos estarão limitados pelas imperfeições do nosso saber. Portanto, não é a História que é determinista ou mesmo uma teoria, são os seus intérpretes e as suas limitações.

A interpretação equivocada da teoria e da metodologia é que amarra a ciência e a construção do conhecimento. Vários desses limites que imputamos à História são os preconceitos que carregamos, como o nacionalista, o religioso, o racial, o doutrinário, dentre outros. É o caso do oficialismo na História Política, que exclui a maioria das pessoas, valorizando os líderes, os heróis, a elite.

Como pesquisadores, a nossa tarefa primordial é a construção de

uma ciência sem essas amarras, sempre prontos para o questionamento, sabendo que a teoria não explica a realidade, mas é um referencial importante de análise, e que as fontes devem ser o nosso ponto de partida na interpretação dos fatos, sem ser o fato em si, pois ele, também, é uma construção. Agindo assim, eliminaremos os determinismos. A crítica permanente, tanto da teoria, quanto das fontes, parece-nos o caminho mais seguro para evitar esses desvios.

ABSTRACT

POLONIAL, Juscelino. Reflections about the history, *Temporis(Ação)*, Goiás, n.5/6, jan./dez., 2002.

This paper aims to discuss how History may be an interpretation of all human actions in time, without excluding any historical actor, and how it has reflected the historical thought. I will be pointing out as the fundamental factor for the construction of the historical knowledge - from the definition of the word 'History' to an idea of a Social History and the problems that 'plaster' the historical knowledge - the dialogue between the sources and the mediation of a theory, always with a critical vision of both.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1997.

CARDOSO, C.F., BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASTRO, H. História Social. In: *Domínios da História*; ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.45-59.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HUNT, L.(Org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, J. *História e memória*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

———. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. v.1.

SHARPE, J. A História vista de baixo. In: *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

———. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VICO, G. A ciência nova. In: *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 11-27.

———. *Princípios de uma ciência nova*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

WILSON, E. *Rumo à estação Finlândia*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.